

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS AMAZÔNICOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM, PARÁ

FAMILY FARMING AND ITS IMPORTANCE FOR AMAZON PEOPLE: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF MARAPANIM, PARÁ

LA AGRICULTURA FAMILIAR Y SU IMPORTANCIA PARA LOS PUEBLOS DE LA AMAZONIA: EL CASO DEL MUNICIPIO DE MARAPANIM, PARÁ

Raynon Joel Monteiro Alves¹
raynon_alves@yahoo.com.br

Ana Lúcia Nunes Gutjahr²
melcam@uol.com.br

Altem Nascimento Pontes³
altempontes@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetivou caracterizar e analisar o perfil e o sistema produtivo de agricultores de três comunidades rurais (Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre) do município de Marapanim-PA. Foi aplicado um formulário semiestruturado aos agricultores e os dados coletados foram analisados quantitativamente em frequências e pelo Teste G. Nas três comunidades, os agricultores foram predominantemente nativos, com mínima escolaridade e poder aquisitivo, e a agricultura correspondeu a uma alternativa de produção de alimentos e de renda. Tais produtores não diferiram em relação aos fatores socioeconômicos, exceto quanto à renda mensal. A agricultura

¹ Graduado em Ciências Naturais com habilitação em Biologia e Mestre em Ciências Ambientais, ambos pela Universidade do Estado do Pará. Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-graduação em Biodiversidade e Biotecnologia, da Rede Bionorte, Universidade Federal do Pará, atuando na linha de pesquisa: "Bioprospecção e desenvolvimento de bioprodutos e bioprocessos", desenvolvendo estudos sobre briófitas amazônicas e o controle sustentável de insetos-praga.

² Possui Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1983), Especialização em Sistemática Zoológica pela UFPA (1984), Mestrado em Ciências Biológicas (Entomologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -INPA (1989) e doutorado em Ciências Biológicas - INPA (Entomologia) (1996). Pós-Graduação (Lato Sensu) em Administração Escolar pela Universidade Cândido Mendes - RJ (2006). Atualmente é Professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UEPA, Líder do Grupo de Pesquisa intitulado Pesquisas Interdisciplinares em Biodiversidade Amazônica e pesquisadora colaboradora do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG.

³ Licenciado em Física pela Universidade Federal do Pará (1991); Bacharel em Física pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestre em Geofísica pela Universidade Federal do Pará (1995) e Doutor em Ciências, na modalidade Física, pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Pará e Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará

praticada era de base familiar, pelo sistema tradicional, sendo a mandioca o produto mais cultivado e a farinha, o subproduto mais comercializado. As famílias de Cipoteua foram as mais dependentes da agricultura.

Palavras-chave: Agricultores familiares; Amazônia; Produção agrícola; Socioeconomia.

Abstract

This study aimed to characterize and analyze the profile and the productive system of farmers from three rural communities (Cipoteua, Guarajubal and Porto Alegre) in the municipality of Marapanim-PA. A semi-structured form was applied for the farmers and the data collected was distributed quantitatively in frequencies and by Test G. In the three communities, farmers were predominantly native, with minimal education and purchasing power, and agriculture was an alternative for food and income production. Such farmers did not differ in relation to socioeconomic factors, except for monthly income. The agriculture practiced was family-based, by traditional system, being the more cultivated product the cassava and the flour of cassava, the more commercialized. Cipoteua families were the most dependent on agriculture.

Keywords: Family farmers; Amazon; Agricultural production; Socioeconomics.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo caracterizar y analizar el perfil y la sistema productivo de los agricultores de tres comunidades rurales (Cipoteua, Guarajubal y Porto Alegre) en el municipio de Marapanim-PA. Se aplicó una forma semiestructurada a los agricultores e los datos fueron analizados cuantitativamente en frecuencias y por Teste G. En las tres comunidades, los agricultores eran predominantemente nativos, con un nivel educativo y de poder adquisitivo mínimo, y la agricultura correspondía a una alternativa producción de alimentaria y de ingresos. Estos agricultores no difieren en relación a los factores socioeconómicos, excepto por el ingreso mensual. La agricultura practicada era familiar, por el sistema tradicional, siendo la yuca el producto más cultivado y la harina, la más comercializada. Las familias de Cipoteua fueran las más dependientes de la agricultura.

Palabras clave: Agricultores familiares; Amazonas; Producción agrícola; Socioeconomía.

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma importante atividade para a sociedade, desde as antigas civilizações que, ao se tornarem sedentárias, passaram a produzir alimentos para a sobrevivência de seus familiares (MANFIO; PIEROZAN, 2017). A produção agrícola para o autoconsumo ocorre em consonância com as preferências alimentares, práticas de preparo e consumo locais, além da preservação da cultura em sinergia com as condições históricas e socioambientais dos grupamentos humanos (GRISA, 2007; 2011). Além disso, a configuração do espaço (cursos d'água e estradas), o contato com os centros urbanos e a necessidade de consumo de bens e serviços que não são produzidos pelos próprios agricultores foram alguns dos principais fatores que permitiram o estreitamento das relações comerciais para além do meio rural. Deste modo, a agricultura familiar passou a ser concebida como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades rurícolas, contribuindo para o emprego de mão de obra, geração de recursos

financeiros, dinamização de relações socioculturais, organização e configuração do espaço agrário (PEREIRA et al., 2008; AZEVEDO; PÉSSOA, 2011).

A produção familiar por meio da agricultura tem suma importância socioeconômica no mundo, no Brasil e na Amazônia, cuja atividade familiar, apesar da similaridade em diferentes contextos (Brasil, Amazônia Brasileira e Pará, por exemplo) pode apresentar características que variam de acordo com o local considerado em termos de tipologia do agricultor, produtividade e sociabilidade (BARBOSA; BATISTA; PIMENTA, 2014). Na Região Norte do país, pertencente à Amazônia Brasileira, existem cerca de 380.000 agricultores familiares, cuja metade se concentra no Estado do Pará, onde predominantemente a população rural vive das práticas agrícolas e pecuárias, desenvolvendo o extrativismo como uma fonte suplementar de alimentos e rendimentos (SCHMITZ, 2007). Neste contexto, considera-se agricultor familiar aquele pequeno proprietário de terra que vive em comunidades rurais e que trabalha com os membros de sua família, produzindo para si próprio e, em geral, para a comercialização, podendo ainda haver a utilização de mão de obra contratada, mas com baixa frequência em relação à familiar (MACIEL; LIMA-JUNIOR, 2014; SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

No Pará, em particular, esse segmento da agricultura é desenvolvido de forma tradicional, com o corte e queima da vegetação, pouca estabilidade territorial e diversidade agronômica, em caráter itinerante, isto é, rotação de área cultivada, e tempo de pousio após a colheita, mas, atualmente, a agrobiodiversidade vem implicando na estabilização das atividades agrícolas na terra firme, na várzea e no estuário (HURTIENNE, 2005; SCHMITZ, 2007). No Nordeste Paraense, as comunidades de agricultores se conformaram historicamente ao longo dos corpos hídricos e/ou das estradas, estreitando as relações comerciais agrícolas com consumidores externos (SOUSA, 2015). Nesse cenário, destaca-se o município de Marapanim, o qual produz culturas permanentes, como: banana, coco-da-baía, laranja, maracujá e pimenta-do-reino, e temporárias, como: mandioca, abacaxi, melancia, milho, feijão e arroz (IBGE, 2013). Esta produção agrícola se deve aos inúmeros povoados que formam o referido município, cujos alimentos produzidos são destinados ao autoconsumo e/ou à comercialização local e extralocal (ALVES; PONTES; GUTJAHN, 2015), caracterizando a cadeia produtiva agrícola.

É importante ressaltar que nas comunidades rurais de Marapanim, como as que foram alvos desta pesquisa (Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre), apesar do reconhecimento da agricultura familiar, muitos produtores têm dificuldades para o

desenvolvimento do trabalho agrícola e extrativista, geração de renda, conservação/preservação ambiental e para prover a própria sobrevivência e de sua unidade familiar. Nos povoados em questão, os serviços básicos não atendem com eficiência e qualidade a demanda social e, concomitantemente, essas populações estão vulneráveis aos impactos ambientais de origem antrópica, que são intensificados pela precariedade de infraestrutura, baixa aquisição de renda, ausência de gestão ambiental, de auxílio técnico e de fiscalização (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2016). Observa-se ainda que localmente o progresso ou o desenvolvimento se dá de forma pontual e lenta, ao longo dos anos, pois, de acordo com Alves (2016), as comunidades de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre são alvos de assistencialismo social ou de falácias de políticos, sobretudo em período de eleição, em detrimento às políticas públicas voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e para o bem comum.

Considerando o cenário supracitado, estudos sobre a socioeconomia e o sistema produtivo de agricultores familiares são de suma importância para identificar como se deu a conformação desses grupos sociais no território amazônico, em especial, no município de Marapanim, permitindo a reprodução social dos mesmos no decorrer dos anos. Além disso, o estudo dos sistemas de produção permite a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas dos agricultores familiares quanto à complexidade e à diversidade do ambiente, integração ao mercado e políticas públicas (MATOS; MARIN, 2009). Com isso, espera-se gerar subsídios para a compreensão da dinâmica da agricultura familiar *in loco* e contribuir para a formulação de projetos, ações e políticas públicas para a melhoria do processo produtivo e do bem-estar desses povos agroextrativistas, sem descaracterizar a cultura e o modo de vida dos mesmos. Pelo exposto, o presente estudo teve por objetivo caracterizar e analisar o perfil do agricultor e o sistema de produção da agricultura familiar em três comunidades rurais do município de Marapanim-PA, a fim de estudar a importância socioeconômica dessa atividade para as famílias locais e as particularidades do sistema produtivo.

MATERIAL E MÉTODOS

O município de Marapanim (0° 43'52" S e 47° 41'54" W) integra a Mesorregião do Nordeste Paraense, Zona Fisiográfica da Microrregião do Salgado, e ocupa área de 804,625 km², com população estimada de 28.450 habitantes distribuída nas zonas urbana e rural (IBGE, 2020). Para este estudo, foram selecionadas três comunidades rurais de

Marapanim: Guarajubal (S 00° 43. 948' W 047° 42. 779') e Porto Alegre (S 00° 39.510' W 047° 39.864') – ambas localizadas às margens estuarinas – e Cipoteua (S 00° 54.278' W 047° 43.749') – situada em áreas de vegetação primária e secundária (capoeira). Essas comunidades estão distantes da sede administrativa do município a 50 km, 3 km e 8 km, respectivamente (Figura 1). Ademais, tais povoações apresentam, em particular, mínimas condições socioeconômicas, organizacionais e políticas que, de forma conjunta, dificultam a promoção e/ou aprimoramento de serviços básicos, infraestrutura, trabalho e geração de renda, especialmente em relação à manutenção das atividades agrícolas e extrativistas desenvolvidas localmente, além da falta de ações comunitárias e institucionais mais precisas que contribuam para a sanidade e a conservação ambiental nessas comunidades (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015; 2016).

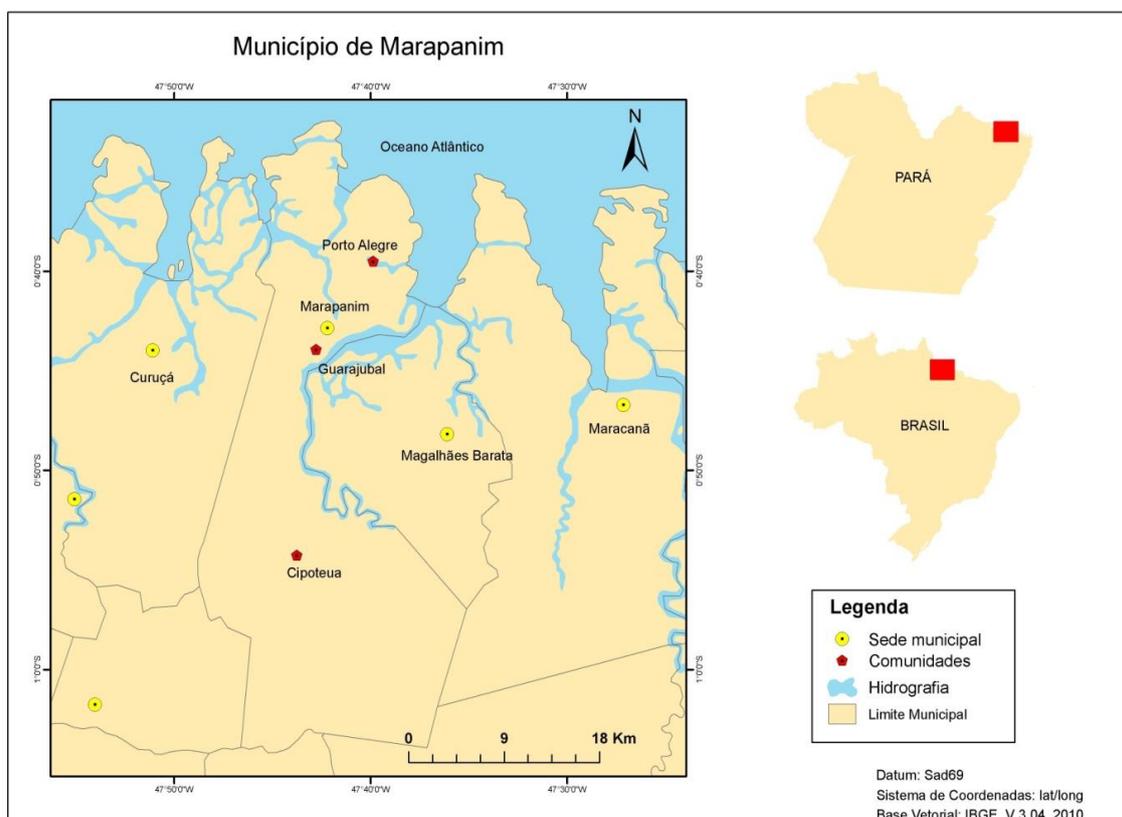
Durante o período de estudo, os três povoados selecionados somavam um total de 214 unidades familiares, sendo que a de Guarajubal apresentava 93; Porto Alegre, 70 e Cipoteua, 51. Considerando a dificuldade em encontrar os agricultores em suas residências ou nos roçados mais próximos, além de poucos recursos financeiros e de tempo para a logística diante das distâncias territoriais amazônicas, optou-se por uma amostra representativa do universo a ser investigado por meio de cálculos estatísticos (BARBETTA, 2008). Para determinar o tamanho da amostra, em primeira aproximação, n_o , utilizou-se a equação (1), onde E_o^2 equivaleu ao erro amostral tolerável de 5%, para obter o $n_o = 400$ unidades familiares. Posteriormente, o tamanho da amostra corrigido, n , foi determinado por meio da equação (2), o que resultou em $n = 139$ unidades familiares a serem estudadas.

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}. \quad (1)$$

$$n = \frac{N n_o}{N + n_o}. \quad (2)$$

A partir da determinação do n amostral, utilizou-se a amostragem estratificada (BARBETTA, 2008), a fim de definir estatisticamente o número de unidades familiares que deveriam ser investigadas na comunidade de Guarajubal ($n = 60$), Porto Alegre ($n = 46$) e Cipoteua. Desta quantidade, no entanto, consideraram-se apenas os agricultores ativos de Guarajubal ($n = 18$), Porto Alegre ($n = 14$) e Cipoteua ($n = 30$), sendo que esta amostra foi delimitada por meio de uma pesquisa preliminar nos três povoados, a fim de identificar os produtores atuantes.

Figura 1 - Localização do município de Marapanim e das comunidades de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre – alvos da pesquisa



A coleta de dados ocorreu, durante o período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, por meio de entrevistas guiadas por um formulário semiestruturado composto por perguntas abertas e fechadas sobre o perfil do agricultor, questões comumente utilizadas em estudos socioeconômicos, e acerca da caracterização do sistema produtivo familiar (tipo de agricultura, local de implantação dos roçados, espécies vegetais cultivadas, beneficiamento de produtos e destino da produção). Para a definição dos itens da produção agrícola nas três comunidades a pergunta foi do tipo não excludente, a qual aceita múltiplas respostas. O formulário foi aplicado a um dos representantes da unidade familiar (agricultor), de forma aleatória, e os dados coletados foram tratados e analisados em planilhas do *Microsoft Excel* 2018 para a determinação de frequências, bem como para a elaboração de tabelas e gráfico.

Para verificar se havia diferenças significativas em relação às variáveis socioeconômicas dos agricultores entrevistados nas três povoações, abordando: gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de serviço agrícola, condição civil, composição familiar, origem dos agricultores e renda mensal, utilizou-se o *Software BioStat* 5.3 para a execução do

Teste G, que é um teste não paramétrico de aderência e uma alternativa ao Qui-quadrado, estando baseado na distribuição multinomial de probabilidades e em razão de frequências < 5 . O objetivo do teste foi validar ou refutar a hipótese nula (H_0) em cada situação, a qual admitia não haver diferença significativa entre as médias das variáveis estudadas, com um nível de confiança de 95% (AYRES et al., 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao gênero dos agricultores, as mulheres perfizeram grande parte da amostra em Guarajubal (66,7%) e Porto Alegre (78,6%) e a metade dos entrevistados em Cipoteua (50,0%) (Tabela 1). Quanto à análise do gênero desses trabalhadores nas três comunidades estudadas, verificou-se que não houve diferenças significativas entre elas ($p = 0,1676$) (Tabela 1). Nessa pesquisa, a notável participação das mulheres pode ser em razão do envolvimento feminino com as tarefas do lar, enquanto os homens poderiam estar desenvolvendo atividades externas, como nos roçados ou em trabalhos provisórios, popularmente chamados de bicos. Sobre isso, nas comunidades amazônicas, como em Guarajubal, cabe às mulheres o cuidado com a saúde, preparo da alimentação dos familiares e outras funções domésticas (MACHADO, 2007), mas elas também podem contribuir com a subsistência da família por meio da roça e do extrativismo (OLIVEIRA, 2012), conforme foi observado nas três povoações em estudo. É comum na agricultura familiar a ativa participação feminina na produção, colheita e comercialização dos produtos agrícolas, possibilitando-as o aumento da renda e a autonomia econômica (SILVA; HESPANHOL, 2019).

Neste contexto, pode-se inferir que a prática agrícola nesses três povoados independeu do gênero dos indivíduos, visto que foi observada a divisão de trabalho entre homem e mulher ou a ajuda mútua para um melhor desempenho do processo produtivo. Conforme Alves, Pontes e Gutjahr (2015), outros membros da família podem cooperar com a implantação e manutenção braçal da roça e/ou na produção de alimentos beneficiados ou apenas em tarefas específicas. Assim como ocorre nas populações tradicionais, a agricultura familiar se destaca pela divisão mais igualitária e justa de trabalho entre os membros da família (NASCIMENTO; ROCHA; MENDONÇA, 2017). Na região amazônica, a organização do trabalho familiar é uma estratégia de reprodução que pode adotar distintas configurações, estando associada a fatores limitantes ligados aos recursos naturais, mão de obra disponível, disponibilidade de recursos financeiros, apegos e valores

tradicionais, além de a divisão do trabalho estar diretamente relacionada à composição da família, pois, independentemente da idade ou do gênero, todos trabalham (ERAZO; SILVA; COSTA, 2020).

Tabela 1 - Perfil socioeconômico dos agricultores atuantes nas comunidades de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre, em Marapanim-PA, e análise dos parâmetros socioeconômicos (Teste G, considerando o valor de p).

Parâmetros socioeconômicos	Características	Cipoteua		Guarajubal		Porto Alegre		P
		n	%	n	%	n	%	
Gênero	Feminino	15	50,0	12	66,7	11	78,6	0,1676
	Masculino	15	50,0	6	33,3	3	21,4	
Faixa etária (anos)	20 a 35	9	30,0	7	38,9	6	42,9	0,2417
	36 a 51	8	26,7	4	22,2	7	50,0	
	52 a 67	11	36,7	5	27,8	1	7,1	
	68 a 83	2	6,6	2	11,1	0	0,0	
Escolaridade	Fundamental incompleto	27	90,0	16	88,8	12	85,8	0,9898
	Médio incompleto	1	3,3	1	5,6	1	7,1	
	Médio completo	2	6,7	1	5,6	1	7,1	
Tempo de serviço agrícola	Desde a infância	16	53,3	9	50,0	9	64,3	0,8273
	Desde a adolescência	9	30,0	5	27,8	4	28,6	
	Desde a fase adulta	5	16,7	4	22,2	1	7,1	
Condição civil	União instável (amigado)	20	66,7	11	61,1	8	57,1	0,5291
	Casado	7	23,3	2	11,1	2	14,3	
	Solteiro	2	6,7	4	22,2	4	28,6	
	Viúvo	1	3,3	1	5,6	0	0	
Composição familiar	1 a 4 pessoas	20	66,7	8	44,4	6	42,9	0,1233
	5 a 8 pessoas	10	33,3	10	55,6	6	42,9	
	9 a 12 pessoas	0	0	0	0	2	14,2	
Origem dos agricultores	Nativos	24	80,0	16	88,8	8	57,2	0,1589
	Comunidades adjacentes	4	13,3	1	5,6	2	14,3	
	Municípios nortistas	0	0	1	5,6	3	21,4	
	Sede municipal	2	6,7	0	0	1	7,1	
Renda mensal	Menos de um salário	23	76,7	3	16,7	4	28,6	<
	De um a dois salários	7	23,3	15	83,3	10	71,4	

Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Autores.

No quesito idade, os agricultores, alvo do estudo, apresentaram faixas etárias diferenciadas, compreendendo jovens e idosos (de 20 a 83 anos) (Tabela 1). Entre os entrevistados, a maioria possuía o ensino fundamental incompleto em Cipoteua (90,0%), Guarajubal (88,8%) e Porto Alegre (85,8%), enquanto poucos concluíram o ensino médio

(6,7%, 5,6% e 7,1%, respectivamente) (Tabela 1). Em ambos os parâmetros analisados (idade e escolaridade) não houve diferenças significativas ($p = 0,2417$ e $p = 0,9898$, respectivamente) (Tabela 1). Em outros estudos com agricultores familiares no Estado do Pará, como em Portel, Santa Maria, Ilha de Cotijuba, Campo Limpo e Boa Vista do Acará, as idades dos pesquisados foram bastante variadas, mostrando que o trabalho agrícola envolve produtores de todas as idades, principalmente os que estão na fase mais produtiva da vida e em plena capacidade de sua força de trabalho; além de haver a expressiva frequência de agricultores com baixo grau de instrução, geralmente estando relacionado à idade, isto é, quanto mais idoso é o produtor, menor é o seu nível de escolaridade (SANTOS; SANTANA, 2012; RAIOL; ROSA, 2013; ALMEIDA; TOURINHO, 2014). Deste modo, pode-se entender que desenvolver o trabalho agrícola é independente da idade e da escolaridade do indivíduo.

Neste viés, torna-se relevante frisar que o baixo grau de instrução limita a luta da categoria (agricultores familiares) por melhorias no processo produtivo e para a qualidade de vida, resultando em um associativismo ou cooperativismo deficiente e dificuldades de acesso às linhas de crédito e financiamento para a aquisição de insumos para o trabalho agrícola. Esta baixa escolaridade verificada entre os agricultores deste estudo pode estar relacionada ao tempo de serviço agrícola, visto que 53,3% dos informantes de Cipoteua, 50,0% de Guarajubal e 64,3% de Porto Alegre se vincularam à agricultura ainda quando crianças (Tabela 1). Nas três comunidades estudadas não houve diferenças significativas quanto ao tempo de serviço como agricultor ($p = 0,8273$) (Tabela 1). Neste contexto, vale ressaltar que a incompatibilidade de horários entre o trabalho e o estudo e o cansaço físico resultante da atividade no campo são fatores restritivos no mundo formal do trabalho (SANTOS, 2005; BORCEM et al., 2011), isto é, dificultando o acesso a empregos formais.

Destaca-se ainda que os trabalhadores que possuíam filhos (28 em Cipoteua; 15 em Guarajubal e 12 em Porto Alegre) os motivavam aos estudos, pois aspiravam a sua descendência profissões com melhores condições de trabalho e remuneração, pois, em geral, tratavam-se de pessoas que iniciaram na infância ou na adolescência o serviço na agricultura, passando por inúmeras dificuldades. Apesar disso, é comum que haja nesses grupos sociais a transmissão de pais para filhos de conhecimentos técnicos para o manejo agrícola (OLIVEIRA, 2012) como alternativa para prover o autossustento por meio da produção de alimentos. Essa aprendizagem serve para os que permanecem em suas respectivas comunidades e para os conterrâneos migrantes, que retornam ao seu local de

origem (ALVES; PONTES; GUTJAHR, 2015), geralmente, construindo família e sem expectativa de emprego formal.

Predominantemente, as unidades familiares pesquisadas foram formadas por meio de uniões conjugais estáveis, vulgo “amigados”, em Cipoteua (66,7%), Guarajubal (61,1%) e Porto Alegre (57,1%), cuja composição familiar variou de um a oito indivíduos nas duas primeiras comunidades e de uma a 12 pessoas na última (Tabela 1). Nos parâmetros condição civil e composição familiar não houve diferenças significativas ($p = 0,5291$ e $p = 0,1233$, respectivamente) (Tabela 1). É sabido que nestes povoados muitas famílias foram formadas a partir de gravidezes precoces (ALVES, 2016) e, evidentemente, a falta de medidas de controle de natalidade ocasiona o aumento da prole. Este número de descendentes pode ser aproveitado para o trabalho nos roçados ou na manufatura de produtos, em menor ou maior frequência, dependendo das condições financeiras e/ou pessoais de cada unidade familiar.

Quanto à procedência dos entrevistados, estes foram, majoritariamente, nativos das próprias comunidades estudadas (80,0% em Cipoteua, 88,8% em Guarajubal e 57,2% em Porto Alegre), enquanto os demais procederam de outros municípios paraenses (Terra Alta, Salinópolis, Belém, Bragança), povoados adjacentes e congêneres (Fazendinha, Maranhãozinho, Pedral, Remanso, Boa Esperança, Araticum Mirim) ou da sede de Marapanim (Tabela 1). A análise estatística da origem desses trabalhadores não apresentou diferenças significativas nos três povoados em questão ($p = 0,1589$) (Tabela 1). É comum em comunidades rurais que grande parte das unidades familiares seja formada por pessoas do próprio círculo social, diante de gravidez precoce e/ou união conjugal estável. Diante disso, a alternativa mais viável para prover a subsistência familiar nesses povoados é trabalhar na atividade local relativamente rentável ou com a qual o indivíduo já possua experiência e conhecimentos técnicos.

Em relação à renda familiar mensal, grande parte dos agricultores de Cipoteua (76,7%) obtinha mensalmente a quantia inferior a um salário mínimo e os de Guarajubal e Porto Alegre (83,3% e 71,4%, respectivamente) de um a dois salários (Tabela 1). A análise dessa variável nas três povoações apresentou diferenças significativas ($p < 0,0001$), refutando a H_0 (Tabela 1). Esse resultado, possivelmente, decorreu do baixo poder aquisitivo dos produtores de Cipoteua que era proveniente quase que exclusivamente da comercialização de produtos agrícolas, em particular, da farinha de mandioca. Nas outras comunidades, o maior rendimento resultou do grande número de aposentados e da

diversidade de atividades e de geração de renda, que podiam ocorrer de forma simultânea, aumentando consideravelmente a renda mensal da unidade familiar.

Durante o período deste estudo, a agricultura familiar, em Cipoteua, estava sendo desenvolvida por 70,0% dos informantes como principal atividade econômica e por 22,5% como complemento de renda (Tabela 2), pois o povoado historicamente se estabeleceu em áreas de vegetação primária e de capoeira, na porção mais continental do município de Marapanim. Já em Guarajubal e Porto Alegre tal atividade foi menos expressiva, contribuindo geralmente para o consumo familiar, porém, notou-se maior diversificação de fontes de renda entre os agricultores, conforme pode ser observado na Tabela 2. Este fato pode estar associado à proximidade dessas duas comunidades com a zona urbana e, por isso, maior possibilidade de diferentes trabalhos e ocupações.

Tabela 2 - Fontes de rendas primária e secundária dos agricultores entrevistados nas comunidades de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre, em Marapanim-PA.

Fontes de renda mensal	Tipologia de trabalho ou de geração de renda	Cipoteua		Guarajubal		Porto Alegre	
		n	%	n	%	n	%
Rendimento primário	Agricultura	21	70,0	3	16,6	4	28,6
	Direitos constitucionais	8	26,7	9	50,0	3	21,5
	Trabalhos extrativistas	-	-	4	22,2	3	21,5
	Trabalhos remunerados	1	3,3	-	-	1	7,1
	Comércio	-	-	1	5,6	1	7,1
	Bolsa Família	-	-	1	5,6	1	7,1
	Trabalhos provisórios	-	-	-	-	1	7,1
Rendimento secundário	Agricultura	9	22,5	1	6,7	4	18,2
	Bolsa Família	20	50,0	8	53,3	9	40,9
	Trabalhos provisórios	7	17,5	-	-	-	-
	Comércio	4	10,0	-	-	4	18,2
	Trabalhos extrativistas	-	-	6	40,0	5	22,7

Fonte: Dados da pesquisa. **Organização:** Autores.

Nesses dois últimos povoados coexistiam com a agricultura algumas atividades extrativistas, como: a captura e/ou o beneficiamento do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* L., 1763) e/ou a pesca artesanal, pois tais populações se conformaram às margens de rios que formam o estuário de Marapanim. Assim, compreendeu-se que as especificidades do ambiente, onde as comunidades rurais estavam estabelecidas, foram fatores que determinaram as atividades econômicas e de subsistência desses grupos humanos e também devido à proximidade com o centro urbano, favorecendo maior oferta e procura por recursos pesqueiros. De acordo com Furtado et al. (2006), nesses grupamentos sociais é

perceptível a marcante interação entre o homem e a natureza quanto à relação objetiva de trabalho e de subsistência.

O comércio de gêneros alimentícios e domésticos esteve presente nos três povoados como forma de auferir renda aos comerciantes e facilitar a aquisição de alimentos industrializados pelos moradores locais. Ressalta-se também que nessas comunidades o auxílio financeiro proveniente do Programa Bolsa Família consistia na principal fonte secundária de rendimento, contribuindo para prover algumas necessidades domésticas e manter os estudos dos filhos. Sobre isso, as famílias rurais de agricultores familiares da região Norte e Nordeste são as mais numerosas do Brasil e também as mais assistidas pelos programas sociais de transferências de renda, em particular, pelo Programa Bolsa Família (MEDINA; NOVAES, 2014).

Notou-se nesses povoados a experiência da pluriatividade devido às diferentes e simultâneas formas de trabalho (agrícola, extrativista, comercial, assalariado e/ou provisório) e também aquisição de renda por meio da aposentadoria e do Programa Bolsa Família, sobretudo, em Porto Alegre e Guarajubal. Nesse cenário, é comum entre os agricultores a busca por alternativas para complementar o orçamento familiar por meio de atividades não agrícolas (SOUZA; SOUZA; CARNEIRO, 2013). Frisa-se que, no cenário brasileiro e amazônico, a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são responsáveis pela sustentação material das famílias que residem em espaços rurais (ANJOS; NIEDERLE; CALDAS, 2004) e contribuem para a permanência das pessoas no campo, garantindo meios para a sobrevivência das mesmas.

No território das três comunidades estudadas, a agricultura era desenvolvida por meio do sistema tradicional de corte-queima-pousio, cujos agricultores locais utilizavam pequenas parcelas de terra (tarefas), geralmente, a partir da utilização exclusiva da mão de obra familiar como força de trabalho e, em poucas situações, por meio de mutirões, parcerias entre parentes e amigos e/ou contratação de pessoal. Nesse aspecto, a região Norte do país, pertencente à Amazônia Brasileira, é marcada pela agricultura desenvolvida a partir de práticas rústicas de plantio de mandioca que consistem na derruba e queima de áreas vegetadas e adoção de ferramentas estritamente manuais, o que caracteriza a baixa produtividade das unidades produtivas (ALVES; MODESTO-JÚNIOR; ANDRADE, 2008; SILVA; SILVA; SILVA, 2014). Técnicas agroecológicas, como a implantação de roça sem o uso de fogo, pouco são difundidas entre os agricultores familiares da região amazônica por órgãos de assistência técnica e extensão rural e por instituições de ensino

e/ou pesquisa; e quando isso acontece pode ser que haja determinada rejeição por parte dos agricultores mais idosos, os quais estão arraigados no tradicionalismo de práticas rudimentares de produção agrícola e repassadas oralmente entre as gerações e caso não visualizem em curto ou médio prazo bons resultados.

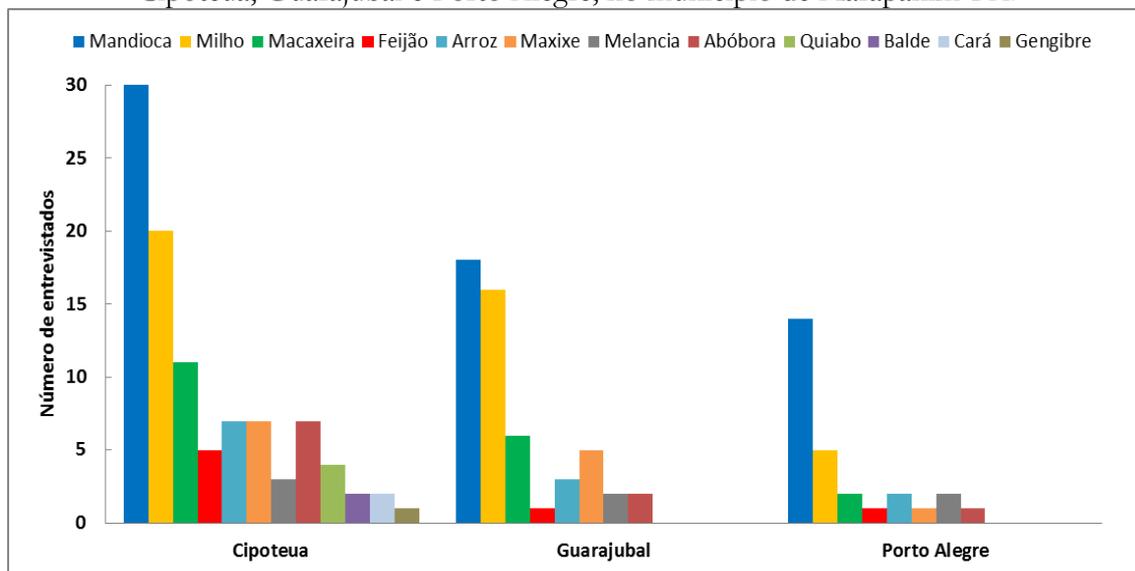
Os roçados foram implantados em áreas de capoeira, localizados geralmente em espaços distantes das residências – chamados de centros, retiros, sítios ou casa de farinha – onde ocorriam o cultivo das espécies anuais e/ou perenes e o beneficiamento de produtos agrícolas, conforme mencionado por 96,7% dos entrevistados de Cipoteua, 72,2% de Guarajubal e todos os de Porto Alegre, enquanto os demais das duas primeiras comunidades (3,3% e 27,8%, respectivamente) realizavam os processos supracitados nos próprios quintais. Em muitos casos, esses produtores costumavam buscar áreas maiores e mais propícias para o cultivo das espécies vegetais, uma vez que havia a prática de rotação de solo. Essa técnica consiste na transferência dos roçados para outro terreno, enquanto a área pós-uso é abandonada para que ocorra a regeneração natural – capoeira (PEREIRA et al., 2008), sendo futuramente reutilizada.

Em todos os roçados das três povoações, a principal espécie vegetal cultivada foi a mandioca, em sequência, o milho e a macaxeira (Figura 2). A mandioca é a cultura mais importante da agricultura familiar paraense, visto que o Estado do Pará é o maior produtor em cultivo tradicional do Brasil, contribuindo com a ocupação de pessoal, produção de alimentos e geração de renda no meio rural (SANTOS; SANTANA, 2012; HOMMA et al., 2014; SILVA; SILVA; SILVA, 2014). Cipoteua foi a que apresentou maior diversidade de espécies vegetais cultivadas, o que pode ser explicado por se tratar de uma vila exclusivamente agrícola e, por isso, maior dependência da agricultura. Em geral, a produção fazia parte da alimentação familiar nas três comunidades e somente a farinha de mandioca era comercializada, além de ser direcionada ao autoconsumo. Na região amazônica, o cultivo da mandioca é praticado, sobretudo, por pequenos produtores sem capital, com difícil acesso ao crédito, assistência e informações técnicas, fazendo uso de técnicas tradicionais de cultivo e de manufatura de derivados agrícolas que, em conjunto, dificultam o aumento da produtividade (ERAZO; SILVA; COSTA, 2020).

Sobre o beneficiamento artesanal da mandioca em farinha, este ocorria para todos os entrevistados das três comunidades e a maioria deles (88,9% em Guarajubal, 57,1% em Porto Alegre e 6,7% em Cipoteua) produzia outros subprodutos a partir dessa raiz, como: goma, tapioca, tucupi, beiju. Porém, a farinha de mandioca (ou farinha d'água), por ser

relativamente mais rentável, era a mais produzida nos três povoados. Contudo, notou-se que, em geral, a prioridade da produção *in natura* ou manufaturada era o sustento familiar e somente o excedente se destinava à comercialização. Essas relações comerciais nas três povoações seguiam a típica sequência da cadeia produtiva (agricultores-comerciantes-consumidores), extrapolando o meio rural e atingindo o centro urbano de Marapanim e/ou de outros municípios.

Gráfico 1 - Espécies vegetais cultivadas pelas unidades familiares das comunidades de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre, no município de Marapanim-PA.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Autores.

A produção agrícola para o autoconsumo está incorporada ao modo de vida das famílias rurícolas contemporâneas, pois facilita o acesso e a disponibilidade de alimentos, garantindo a segurança alimentar por meio da adequação aos hábitos alimentares locais e a qualidade da alimentação (GRISA, 2011). Os produtos excedentes são destinados à venda para posterior aquisição de bens e serviços para atender outras necessidades dos agricultores (BARBOSA; BATISTA; PIMENTA, 2014), como ocorria visivelmente em Cipoteua. Vale frisar que nessa comunidade a maioria dos agricultores vendia as sacas (60 kg) de farinha de mandioca aos comerciantes locais como forma de pagamento das dívidas decorrentes da compra de outros alimentos, como: açúcar, café, leite, biscoitos, isto é, produtos que o agricultor não produzia, mas que precisava para complementar a dieta da família.

É importante ressaltar que apesar do reconhecimento por parte do Estado Brasileiro sobre a importância socioeconômica da agricultura familiar no território nacional,

principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde 1996, a pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social ainda continuam a afetar muitas unidades produtivas familiares (HESPANHOL, 2013; SCHNEIDER, CASSOL, 2014). Nos povoados estudados, verificou-se a ausência de políticas públicas correlatas ao atendimento de serviços básicos, como educação e saúde, e em especial de assistência técnica, linhas de crédito e financiamentos e outros auxílios que atendam ao pequeno produtor rural. Este cenário é comum na região amazônica, onde os agricultores têm pouco acesso à assistência e informações técnicas, o que permitiria otimizar a produtividade dos roçados e da manufatura de produtos, além de ser baixo o engajamento da categoria em sindicatos e associações, limitando o alcance de melhores condições de trabalho e apoio técnico (ERAZO; SILVA; COSTA, 2020).

CONCLUSÃO

Os agricultores de Cipoteua, Guarajubal e Porto Alegre foram predominantemente nativos, com baixo grau de instrução, que mantinham suas unidades familiares por meio de uniões conjugais estáveis e que se vincularam à agricultura, desde a infância, por se tratar da principal alternativa de produção de alimentos e geração de renda para muitas famílias, diante da vulnerabilidade socioeconômica que acomete as comunidades rurícolas do município de Marapanim. Variáveis, como: gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de serviço agrícola, condição civil, composição familiar, origem dos agricultores, não apresentaram diferenças significativas entre os produtores desses três povoados, com exceção da renda mensal, cujo fato esteve relacionado à diversificação de trabalho e de geração de renda em Guarajubal e Porto Alegre, diferindo de Cipoteua.

Nessas comunidades o trabalho agrícola ocorria tradicionalmente em poucas parcelas de terra, sob o sistema de corte-queima-pousio, com cultivo predominante de mandioca e com baixo nível tecnológico e emprego de mão de obra familiar, seguindo o padrão de outras comunidades agrícolas amazônicas, em especial, as do Estado do Pará. A produção agrícola era destinada prioritariamente ao autoconsumo e o excedente à comercialização, principalmente da farinha de mandioca. Cipotetua foi o povoado mais dependente da agricultura familiar, possivelmente, em razão das condições históricas e ambientais, e, por isso, encontrou-se um grande número de agricultores ativos. Já em Guarajubal e Porto Alegre era propícia não somente a prática agrícola, como também a de

atividades extrativistas, como a pesca artesanal e o extrativismo de caranguejo, pois esses grupos sociais estão situados próximo aos rios e manguezais.

Este estudo evidenciou ainda a ausência do poder público em diferentes setores das três povoações em relação aos serviços básicos garantidos por lei, como é o caso da educação e da saúde, bem como de projetos, ações e políticas públicas para apoiar os produtores familiares por meio de acesso facilitado às linhas de crédito e financiamento e às metodologias agroecológicas que permitam a sustentabilidade no meio agrícola, assim como uma produção diversificada e constante durante o ano todo. Para isso, necessitam-se de medidas educativas que levem a informação e a conscientização às comunidades agrícolas, além de uma intervenção política e de um maior engajamento da própria organização social dos agricultores em busca de melhores condições de trabalho, geração de renda e para suprir outras necessidades. Este é, inclusive, o cenário de outras comunidades rurais do município de Marapanim e de outras, ou então de todas, da região amazônica, que permanece praticamente inalterável ao longo dos anos.

AGRADECIMENTO

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. H. C.; TOURINHO, M. M. Agricultura familiar e empresas de biocosméticos: caracterização socioeconômica dos produtores de piprioca no estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 9, n. 18, p. 25-41, 2014.

ALVES, R. J. M. **Diagnóstico socioeconômico, ambiental e de sustentabilidade em comunidades rurais do município de Marapanim, Pará, Brasil**. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N.; GUTJAHR, A. L. N. Caracterização socioeconômica de comunidades amazônicas do Estado do Pará. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, 2015 (versão on-line). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/socio-economia.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N.; GUTJAHR, A. L. N. Cenários de desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do município de Marapanim, Pará, Brasil. **Revista Espacios**, v. 37, n. 20, p. 14, 2016.

ALVES, R. N. B.; MODESTO-JÚNIOR, M. S.; ANDRADE, A. C. S. O trio da produtividade na cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA, 2008, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, 2008.

ANJOS, F. S.; NIEDERLE; P. A.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Revista Sociedade em Debate**, v. 10, n. 3, p. 9-42, 2004.
AYRES, M.; AYRES-JUNIOR., M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. A. S. **Aplicações Estatísticas nas Áreas das Ciências Bio-Médicas - BioEstat**. 5 ed. Belém, 2007. 380 p.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 3, p. 483-496, 2011.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 315 p.

BARBOSA, E. B.; BATISTA, J. J. R.; PIMENTA, H. F. S. Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, n. 193, 2014 (versão on-line). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/agricultura-familiar.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BORCEM, E. R.; FURTADO JÚNIOR, I.; ALMEIDA, I. C.; PALHETA, M. K. S.; PINTO, I. A. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 54, n. 3, p. 189-201, 2011.

ERAZO, R. L.; SILVA, L. D. J. S.; COSTA, S. C. F. C. Pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar na região do lago Janauacá, Careiro-AM. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 47572-47581, 2020.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M. C. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 113-127, 2006.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, v. 14, p. 5-35, 2007.

_____. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 1, p. 97-129, 2011.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

HOMMA, A. K. O.; SANTOS, J. C.; SENA, A. L. S.; MENEZES, A. J. E. A. Pequena produção na Amazônia: conflitos e oportunidades, quais os caminhos? **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 9, n. 18, p. 137-154, 2014.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção agrícola Municipal de Marapanim, 2013**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Cidades, 2020**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440>. Acesso em: 11 out. 2020.

MACHADO, D. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia Brasileira. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 485-490, 2007.

MATOS, G. R.; MARIN, O. B. Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 39, n. 3, p. 197-206, 2009.

MACIEL, R. C. G.; LIMA-JUNIOR, F. B. L. Inovação e agricultura familiar rural na Amazônia: o caso da mandioca no estado do Acre. **Redes-Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, p. 202-223, 2014.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. As novas alternativas rurais na Quarta Colônia, RS, Brasil: um estudo sobre a agricultura de base agroecológica e a agricultura orgânica. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 9, p. 175-194, 2017.

MEDINA, G.; NOVAES, E. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 385-397, 2014.

NASCIMENTO, A. C.; ROCHA, R. G.; MENDONÇA, M. R. Movimentos contra-hegemônicos: o papel da mulher na agricultura campestre. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214-233, 2017.

OLIVEIRA, M. L. R. Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades amazônicas: uma análise da comunidade extrativista do Iratapuru. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 23, n. 1, p. 121-146, 2012.

PEREIRA, K. J. C.; LIMA, B. F.; REIS, R. S.; VEASEY, E. A. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **Uakari**, Manaus, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2008.

RAIOL, C. S.; ROSA, L. S. Características socioeconômicas de agricultores familiares com sistemas agroflorestais no município de Santa Maria do Pará, Amazônia Oriental. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 8, n. 16, p. 121-133, 2013.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 61-81, 2005.

SANTOS, M. A. S.; SANTANA, A. C. Caracterização socioeconômica da produção e comercialização de farinha de mandioca no município de Portel, arquipélago do Marajó, Estado do Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 5, p. 73-86, 2012.

SCHMITZ, H. A. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 46-49, 2007.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SILVA, E. R. F.; HESPANHOL, R. A. M. As mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 17, p. 1-19, 2019.

SILVA, F. L.; SILVA, J. R.; SILVA, L. R. P. Efeito do desmatamento e do programa de transferência de renda “Bolsa Família” na produção da mandioca (*Manihot Esculenta* Crantz) no estado do Pará. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, n. 197, 2014 (versão on-line). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/producao-mandioca.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SOUSA, R. B. A beira do rio, a beira estrada e a conformação do território camponês no Nordeste Paraense. **Ensaio de Geografia**, v. 4, n. 7, p. 7-25, 2015.

SOUZA, G. F.; SOUZA, R. K.; CARNEIRO, R. N. A agricultura familiar e a pluriatividade no perímetro irrigado de Pau dos Ferros-RN. **GeoTemas**, v 3, n. 1, p. 125-136, 2013.

Submetido em julho de 2020

Aceito em outubro de 2020